

"Lusofonia" sem "Lusofilia"? O caso do Antigo Estado da Índia Défice de Reciprocidade Cultural

Teotónio R. de Souza*

Li no *Jornal de Letras* de 17 de Dezembro de 2000, uma recensão de um livrito intitulado *Contos e Narrativas*, da autoria de Carmo Noronha. Dizia o autor da recensão, Rodrigues da Silva, que se trata de um "derradeiro escritor goês (em Goa vivendo) a expressar-se em língua portuguesa". Acho isso algo incorrecto. Existem outros goeses em Goa, como José Rangel, Carmo Azevedo, Bailon de Sá, Selma Vieira Velho, que publicaram e continuam a publicar em português, mas os seus escritos não terão chegado até Lisboa, ou pelo menos não chegaram às mãos de alguém ligado com o *Jornal de Letras*. Publicou-se até 1999 o *Boletim do Instituto Menezes Bragança* (Luís de Menezes Bragança, 1878-1938, um político liberal e jornalista goês que lutou pelas liberdades "cívicas" contra o Estado Novo e o seu nome foi escolhido após 1961 para substituir o do antigo Instituto Vasco da Gama [fundado por Visconde de S. Januário em 1870 e quase contemporâneo da Sociedade de Geografia de Lisboa] com contribuições de alguns dos escritores atrás nomeados, bem como de alguns outros sócios do Instituto, como Joseph de Barros (recentemente falecido durante a sua primeira visita a Portugal), Carmo da Silva e Nicolau Pereira. Curiosamente, e infelizmente, as comemorações do V Centenário da viagem de Vasco da Gama há dois anos provocaram algumas reacções negativas contra a política cultural do Instituto Menezes Bragança. O governo de Goa que financia as actividades do Instituto, decidiu alterar a constituição dessa instituição e a composição da sua mesa, recomendando uma dose mais forte

de cultura vernácula nas actividades e publicações do Instituto. Em consequência desta nova política, o *Boletim do Instituto Menezes Bragança* foi substituído pela revista *Govapuri*, uma das designações de Goa pré-portuguesa. Concordo perfeitamente com o que diz a supracitada recensão no *Jornal de Letras* acerca da 'ancestralidade da língua portuguesa' que sobrevive em Goa, salpicada de substantivos e adjectivos desusados, e "uma mão cheia de palavras derivadas que não ousamos hoje derivar". Tem sido essa a minha experiência pessoal. Desde que adquiri a nacionalidade portuguesa em 1995 e decidi viver em Portugal, estou sempre a descobrir concanismos e anglicismos no meu português falado e escrito. Custa-me também habituar-me ao emprego de pás, caraças e várias outras expressões coloridas da má-língua portuguesa.

Quero aqui fazer uma breve análise histórica, mesmo que ela não seja de todo agradável aos amantes de lusofonia. Pretendo abordar algumas das dificuldades da implantação da lusofonia em Goa. Goa, que Afonso de Albuquerque conquistou, e não se fartou de descrever nas suas cartas ao seu rei como "uma tão grande coisa e tão principal dessa Índia..." é agora um estado autónomo da União Indiana. Os goeses admitem que isso não teria sido possível sem a identidade específica que o território adquiriu com os quatro séculos e meio da presença colonial portuguesa. Mas Afonso de Albuquerque também escrevia ao seu rei: "Goa, podeis

* Professor Catedrático e Director do Curso de licenciatura em História e Coordenador do Mestrado em História Política e Social, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa; Sócio correspondente da Academia Portuguesa de História, Sócio efectivo da Sociedade de Geografia de Lisboa. Bibliografia actualizada pode ser consultada em <http://www.geocities.com/Athens/Forum/1503/teopubl.html>

nela ordenar e fazer tudo o que quiserdes". Afinal, não foi possível ordenar e fazer tudo o que se queria! Ainda o regresso do *terrível* não resolveria o problema hoje.¹ Acho que este fenómeno deve provocar alguma reflexão séria da parte dos amantes de lusofonia da era pós-colonial para se evitar no futuro o que a Lusofonia foi e não devia ter sido na era colonial.²

Pensar que não se cultivou a língua portuguesa em Goa, e de uma maneira digna de nota, seria mais uma manifestação de muita ignorância que reina neste país. Para reduzir esse nível de desconhecimento, eu gostaria de remeter os meus ouvintes para a obra do Pe. Filinto Cristo Dias, *Esboço da História da Literatura Indo-Portuguesa*, (Bastorá, Goa, 1963). Mas quem tiver interesse e coragem para ler tomos mais desenvolvidos, poderá consultar com proveito os dois volumes coordenados por Vimala Devi e Manuel de Seabra, *Literatura Indo Portuguesa*, (Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1971) e a obra muito recente de Aleixo Manuel da Costa, *Dicionário de Literatura Goesa*, 3 vols. -(Macau, ICM e Lisboa, Fundação Oriente, 1998). Nessa última obra do ex-director da Biblioteca Nacional de Goa durante muitos anos, estão listados os escritores goeses a partir de 1702 até 1961, e não se limita aos goeses que escreveram em português. Torna-se necessário salientar que os goeses cultivaram a língua portuguesa ou a língua inglesa, e não só, não sendo lusófilos ou anglófilos. Se não me engano, os lusófonos sofrem de uma tendência para identificar lusofonia com lusofilia. Não acho mal que sintam assim, mas eu vejo isso como um projecto que falhou no passado e deverá ser re-orientado para se chegar ao bom porto. Explico-me já no contexto de Goa.

O grande mal da lusofonia foi a subalternização de outras culturas, incluindo neste caso, a cultura tradicional goesa. Foi notável a incapacidade ou o desinteresse dos portugueses por um diálogo cultural. No primeiro século de colonização, e quando era necessário para a penetração missionária, houve manifestações exímias de

aprendizagem da língua vernácula. Mas já nos meados do século XVII iniciou-se uma política de imposição da língua colonial e uma guerra à língua vernácula. Mesmo isso seria tolerado, se a maioria dos goeses ganhasse a sua vida com a língua e se não tivesse que ir buscar o sustento na Índia britânica e noutras colónias inglesas. Esse descontentamento continua registado na alma goesa, nomeadamente na língua Concani e nas suas variadas expressões quotidianas. Embora fosse útil, não me é possível fazer aqui uma análise mais extensa desse descontentamento, mas fi-lo noutras ocasiões.³ São estudos em que analisei a memória do povo goês e a consequente resistência cultural à lusofonia em Goa. Daí, na nossa reflexão, seria conveniente juntar ao nosso interesse na promoção da língua portuguesa uma empatia pela experiência colonial vivida pela grande maioria dos goeses, incluindo a sua população cristã, durante os séculos da presença colonial portuguesa em Goa.

Se insistirmos em acreditar somente o que nos interessa ou agrada, nomeadamente que os goeses deveriam estar gratos pelo que ganharam com a presença colonial portuguesa e não deveriam continuar a ruminar e exagerar os males e os excessos que acompanharam o colonialismo, estaríamos a pedir mais do que estamos dispostos a dar em troca. Na nova fase de relacionamento pós-colonial é possível inaugurar e alterar o imaginário cultural goês, cultivando novos contactos, baseados nas novas realidades políticas e sociais de Goa pós-1961, como de Portugal pós-1974. Estas realidades devem ser divulgadas e conhecidas de um lado e do outro, o que ainda não está a acontecer suficientemente. É por isso, que, com raras excepções, continua a prevalecer entre nós a tendência de tentar recuperar o passado com um saudosismo que não é acompanhado por uma autocritica, que questione a disponibilidade da nossa parte em aprender a língua Concani, mesmo que seja para compreender a alma goesa, compreender o que lhes dói e o que lhes faz lembrar dos Portugueses com saudades. Felizmente ou infelizmente, as gerações jovens dos goeses não

guardam muitas memórias, nem más nem boas, dos portugueses, e são susceptíveis de absorver novas imagens. Para isso, é fundamental admitirmos que os tempos mudaram: a cultura e a língua dos goeses têm tido apoios políticos e económicos para conseguir em quatro décadas um desenvolvimento que lhes tinha sido negado durante os últimos quatro séculos e meio do regime português.

Queria agora chamar a atenção para um erro que muitas vezes se comete na análise que se faz do fracasso da lusofonia em Goa. Atribui-se ao Acto Colonial e a outros tipos de maus tratos do Estado Novo. Prefiro discordar com este tipo de análise superficial que identifica todos os males recentes da colonização portuguesa ou dos atrasos políticos e económicos de Portugal continental com os abusos do Estado Novo. O descontentamento que se reflecte no imaginário popular e no folclore goês resultou de um processo muito mais lento e prolongado, e representa uma sedimentação de reacções de muitas gerações, ao longo de muitos séculos. Não se pode por isso desculpar o povo português em geral, fazendo do regime de Salazar um bode expiatório para tudo. Sabemos da documentação que existe nos nossos arquivos que a expansão portuguesa no Oriente não se fez com voluntários, salvo raras excepções, como era o caso dos que iam com nomeações de officios bem remunerados ou com a possibilidade de fazer negócios por conta própria, ou como missionários. Diz-nos o cronista João de Barros, referindo-se ao célebre "lançado" João Machado, que a prisão perpétua a que estava condenado fora trocada pelo serviço no Oriente e que saiu com a armada de Pedro Álvares Cabral. E continua: "No qual tempo el rei D. Manuel mandando Pedro Álvares Cabral para a Índia, lhe deu este e outros degredados para os lançar nas terras, para que fossem descobridores". O mesmo cronista também diz: "Conveio a el-rei mandar soltar alguns presos, que estavam julgados para ir cumprir degredos a outras partes, porque a gente do Reino não se queria ir meter neste perigo." Essa prática continuou, e sempre que se aproximava a época da partida das

naus da carreira da Índia e não houvesse número suficiente de enlistados, o Conselho Ultramarino recomendava que "as justiças de Lisboa prendessem os mal costumados e os desobrigados e que do limoeiro se embarcassem os que estivessem presos por casos crimes, perfazendo o número de homens requeridos para cada nau". Que tipo de comportamento para com os naturais da Índia se podia esperar desse tipo de pessoal que era marginalizado pela sociedade metropolitana? Provavelmente, eram estes rejeitados da sociedade portuguesa que se tornavam insuportáveis nos seus complexos de superioridade e tentavam compensar no estrangeiro o que se lhes tinha sido negado na sua própria terra.⁴

No que diz respeito ao Oriente, é importante ter em conta as enormidades populacionais e as culturas evoluídas, que não havia maneira de serem vencidas pela lusofonia dos poucos. Do que Portugal pode orgulhar-se, é da influência lusotópica que deixou. Os portugueses espalhados pelo Oriente, certamente verteram mais esperma do que sangue. O sangue que derramaram foi dos mouros. Já nos primeiros anos de conquista, temos na correspondência de Afonso de Albuquerque várias indicações nesse sentido. Escrevia ele numa ocasião, referindo-se aos portugueses em Cochim, em 1512: "Alguma da vossa gente tinham parte com essas gentias, enfadados já de dormir com essas cristãs". Conclua-se que a sua política de miscigenação através de casamentos legítimos não satisfazia tudo e a todos. A propensão dos portugueses para fornicar com as mulheres casadas, viúvas e com as bailadeiras indianas entrou no folclore goês. A coloração branca das populações católicas e hindus de Goa, especialmente nas zonas onde se situavam os acampamentos militares dos portugueses, é facilmente explicada em Goa, e conta-se com sabor anedótico, que Goa teve uma transição política suave após as eleições livres para a primeira Assembleia do Estado em 1963. Acredita-se que o primeiro ministro-chefe do governo eleito de Goa, o Sr. Bhandarkar era filho bastardo de um militar português e de uma bailadeira hindu.

A intensidade e a gravidade do comportamento sexual dos portugueses podem ser ilustradas com um memorando dirigido pelo Secretário do Governo Geral do Estado da Índia em 1858 ao Director dos Serviços da Saúde. Nele dizia-se: "me incumbe de dizer a V. Excia que com muito sentimento se observou no Hospital que as moléstias de um grande número dos doentes europeus eram venéreas, o que tem arruinado a saúde de tão bons soldados, que faz pena ver o estado em que estão. V. Excia boas diligências tem feito para evitar estes males recomendando os exames semanais das mulheres perdidas que habitam o palmar, mas infelizmente esta sua ordem ainda não foi cumprida senão de meses a meses, e portanto sem poderem evitarem-se os males que com semelhante medida cumprida cuidadosamente se conseguiria".⁵

O que se diz dos militares não exclui oficiais de patentes superiores e outros. Tenho lido duas memórias publicadas recentemente por médicos portugueses deslocados para o serviço oficial na Índia. Contam francamente as suas fraquezas perante as mulheres indianas. Um deles, vencido pela feminidade de duas católicas goesas, Laxmi e Helena, ao mesmo tempo e em duas zonas distantes de Goa, já não lhe restavam mais dúvidas porque o *Kamasutra* foi escrito por um indiano. O outro médico que chegou a Goa na fase final e ficou detido como prisioneiro de guerra em 1961, antes da chegada da sua esposa a Goa, não resistiu às graças de uma rapariga ismaelita em Diu, durante uma curta colocação nesse território.

Apesar de uma política de mestiçagem iniciada por Afonso de Albuquerque, e apesar das escapadelas sexuais dos Portugueses em serviço, a população dos luso descendentes em Goa nunca chegou a mais de uma centena de famílias. Muitas dessas famílias estabeleceram-se em Goa, vindas de Cochim após a sua ocupação pelos Holandeses em 1663, e de Baçaim, após a conquista da Província do Norte pelos Maratas, em 1739. Os luso-descendentes tinham monopolizado o comando da milícia oficial, o que lhes dava uma posição de

força na sociedade goesa. Só que, com a abolição da milícia, decretada pelas reformas pombalinas, e com o bom aproveitamento da educação e do jornalismo pelos naturais de Goa, a partir dos meados do século XIX agudizaram-se as diferenças sociais.⁶ Já antes, os naturais cristãos de Goa tinham entrado nas fileiras clericais em grande número, mas sentiam-se sempre subalternizados pelas ordens religiosas que excluíam os candidatos naturais, não somente das ordens religiosas, como dos cargos de responsabilidade na hierarquia eclesiástica. Esta discriminação gerou um profundo descontentamento no clero goês e entre os seus familiares. A aliança do Bispo goês, Mateus de Castro, com os Holandeses e com o sultão de Bijapur para expulsar os Portugueses de Goa nos meados do século XVII e a Conjuração dos Pintos em 1787, foram somente duas manifestações mais notáveis desse mal-estar. Não se deve esquecer, que foram os padres goeses, com a sua formação em português, que foram o instrumento mais eficaz da penetração da língua portuguesa no interior de Goa, e ainda em territórios distantes do Padroado português do Oriente. Foi precisamente por causa da discriminação sentida por eles, que na sua maior parte eram filhos do povo rural e humilde, que os goeses decidiram *desligar a lusofonia da lusofilia*.⁷ O último recenseamento da população do regime português em 1960 é indicativo desta realidade: Registaram-se 28 línguas maternas (na sua maioria indianas, mas também inglês, português e francês). Somente 9161 (incluindo as tropas e funcionários portugueses) declararam português como a sua língua materna, o que representava 1.46 % da população total.

A lusofonia em Goa ficou associada na consciência dos naturais goeses como uma arma política e de dominação dos religiosos brancos e dos luso-descendentes, que a utilizavam juntamente com a sua ascendência ou descendência lusa, para fazer demonstrações de patriotismo e nacionalismo que eles julgavam ameaçados pelos naturais. Já citei noutra ocasião as acusações que os religiosos brancos dirigiam

contra os padres naturais que se julgavam aptos para os substituir nas paróquias. O arcebispo de Goa, D. Inácio de S. Teresa, dava toda a razão aos padres naturais, mas os padres seráficos defendiam os seus interesses perante as autoridades régias em Portugal em seguintes termos: "Todos estes clérigos negros (exceptuando alguns por milagre) são *ex sua natura* mal inclinados e mal procedidos, lascivos, bêbados, etc... Em estes naturais natural é o ódio e a antipatia à gente portuguesa e a tudo o que é pele branca, sendo este mais excessivo e enraizável a respeito dos párocos, porque como estes vivem e residem nas aldeias, são atalaias vigilantes que põem todo o cuidado, assim em lhes investigar os seus desígnios, como em notar-lhes as suas obras (...) faz-se lhes muito pesado o terem párocos brancos e religiosos". Isso não difere muito da leitura que fazia o ministro das Colónias, Vieira Machado, em tempos mais recentes, no que dizia respeito à nomeação dos Bispos africanos: "Não posso ter a mesma confiança no patriotismo e no vigor das convicções nacionalistas dos pretos e dos brancos ... Não alcanço bem o que o indígena pensará se vir um branco ajoelhado aos pés de um preto, confessando-lhe os seus pecados e dele recebendo a absolvição."⁸

A discriminação dos clérigos goeses começou-se a sentir mais profundamente após a independência da Índia, onde já havia 20 bispos goeses, e dois cardiais goeses em Bombaim e em Carachi. Portugal decidiu nomear dois goeses para as cadeiras episcopais em Cabo Verde e na Beira, mas nenhum goês era considerado digno de dirigir os destinos da sua Igreja em Goa.⁹ Foi necessária a integração de Goa na União Indiana para ser reconhecido este direito e esta capacidade do clero goês. Não posso deixar de registar aqui a arrogância nacionalista do Patriarca D. José de Costa Nunes, que estava à testa da Igreja em Goa na altura em que Índia se tornou independente. Avisava ele os padres e os fiéis goeses que simpatizavam com a corrente independentista: "Deveis tudo a Portugal... Sabeis que o desaparecimento de Portugal da Índia representaria o maior desastre para

os católicos goeses. Com o domínio português vocês são alguma coisa, sem ele bem triste será a vossa situação".¹⁰ Mas bem ao contrário, o grande promotor do luso-tropicalismo, o brasileiro Gilberto Freyre, quando visitou Goa alguns anos mais tarde, e apesar de estar comprometido a não desagradar as autoridades políticas do Estado Novo que lhe pagava a viagem, não hesitou em deixar alguns recados aos governantes portugueses, aconselhando uma reciprocidade cultural e capacidade de libertar o luso-tropicalismo das discriminações colonialistas. Era seguinte a substância da sua conferência no Instituto Vasco da Gama em Goa em Dezembro de 1951. Cito duas frases que resumem muito bem do que lá disse: "O tempo é das populações de cor e da afirmação ou da restauração dos seus valores de cultura", e "Goa não é sub-europeia: acrescenta a Europa ao Oriente". Lamentava também a falta de vontade política em Portugal para reconhecer a capacidade dos goeses para a governação do seu Estado. Não via a necessidade de enviar governadores gerais de Portugal e chega a afirmar que "é justo que uma Província portuguesa de grande número de pessoas cultas e inteligentes como é a Índia, se julgue com o direito de ser uma quase-nação e não mais uma sub-nação." Acha que os portugueses não deviam repetir a sua "inépcia" que levou o Brasil a proclamar a sua independência.¹¹

O "fundo histórico" colonial poderá ajudar-nos a compreender melhor porque muitos goeses que cultivaram a língua portuguesa, fizeram-no em grande parte por necessidade ou por conveniência, e raras vezes por amor à língua colonial. Sentiram-se discriminados perante os que faziam aproveitamento da língua e da cor de pele para ultrapassarem as suas limitações de mérito e outras capacidades intelectuais e não só. A experiência de lusofonia para a maioria dos goeses em Goa foi uma experiência de abuso colonial. Não estavam dispostos a aceitar que o mérito dos goeses na sua própria casa fosse medido e julgado pelo seu conhecimento ou domínio de língua portuguesa. A afirmação do

Concani como a língua oficial do Estado de Goa é vista como uma recuperação da identidade e dignidade cultural. Embora o inglês seja hoje muito usado, é o Concani que determina o maior ou menor sucesso das negociações no quotidiano goês. É como os goeses entendem a sua libertação política e cultural. Poder-se-á assim entender melhor algumas citações que trago aqui de algumas entrevistas pelo "Jornal Novo" de Macau em 1993 sobre o futuro da língua portuguesa em Goa.

Acontece que o primeiro depoimento publicado em 19 de Outubro era o meu. Apareceu intitulado "Há agora razões práticas para que a população aprenda o português". Eu dirigia nessa altura o Instituto Xavier de Investigações Históricas (Xavier Centre of Historical Research), onde se organiza duas vezes por ano, desde o início do Instituto em 1979, cursos intensivos de língua portuguesa. Eu explicava no meu depoimento a razão de ser desses cursos: "Há agora razões práticas que tornam a língua portuguesa mais querida de alguns segmentos da população, tais como os que pensam emigrar para Portugal ou qualquer outro país da comunidade europeia, ou os que vêem a utilidade da língua para fins turísticos, ou para qualquer cooperação comercial. Existem também os estudiosos dos documentos históricos nos arquivos de Goa, bem como os que dizem respeito aos títulos de propriedades particulares que necessitam o conhecimento da língua portuguesa. Eu sugeria no mesmo depoimento que os interessados em promover a língua portuguesa em Goa, deviam também promover o conhecimento da língua Concani entre os portugueses com a necessidade de criar uma abertura mental necessária para acabar com a impressão entre muitos goeses e indianos de que o interesse unilateral dos portugueses em promover a língua portuguesa em Goa é uma ressaca colonial.

O outro entrevistado pelo *Jornal Novo*, em 21 de Outubro, era o Revdo. Doutor Lúcio da Veiga Coutinho, já falecido, mas que era nessa altura o redactor do *Boletim da Arquidiocese de Goa* e director do *Lar dos Estudantes*, em Panjim. Devo dizer que a família Veiga Coutinho foi uma das gran-

des cultoras da língua portuguesa e o pai deste clérigo, Sales da Veiga Coutinho (1884-1950) era médico por profissão, mas dedicou-se muito ao jornalismo através de "Ultramar" e "Heraldo". Foi n' *A Vida*, que marcou sua presença em prol da defesa de sua religião e da sua Terra. Lúcio da Veiga Coutinho sustentou este diário em língua portuguesa até alguns anos após a integração de Goa na União Indiana. O que ele disse na entrevista do *Jornal Novo* merece ser levada a sério: "O português falado e escrito tem os seus dias contados e extinguir-se-á com a presente geração. Mas pode, e deve continuar por muito tempo porque não para sempre? como língua lida e entendida por um bom número de goeses instruídos, como sucedia no passado com o francês e o inglês."

De entre as outras entrevistas publicadas, quero salientar as opiniões de Lambert Mascarenhas, um jornalista e combatente pela libertação de Goa, autor de uma novela em inglês, e que teve várias edições, *Sorrowing lies my Land* [Vive triste a minha terra], em que descreve os problemas de Goa sob a dominação colonial, e de José Rangel, médico e proprietário da muito conhecida tipografia Rangel, de Bastorá, onde se publicaram centenas, ou mesmo milhares de textos didácticos e obras de história durante o regime português. Para Lambert Mascarenhas "ainda não é tarde para arrepiar o caminho e tratar de reviver a língua portuguesa em Goa como segunda língua obrigatória em todas as escolas em vez do Francês." José Rangel demonstra mais entusiasmo, mas mostra-se atento às reacções negativas dos elementos extremistas em Goa, que vêem em qualquer aproximação com Portugal um perigo de neo-colonialismo cultural. José Rangel sugere aos amantes de lusofonia em Portugal que convoquem figuras marcantes da intelectualidade goesa de expressão Portuguesa, e que estiveram ligados, directa ou indirectamente, ao movimento de libertação de Goa, e cujas credenciais de impecável probidade mental e moral os impõem à consideração do povo goês.

Para concluir, a situação não é de todo negativa. A persistência portuguesa continua a ser o segredo do seu sucesso. Já o cele-

brado historiador da expansão portuguesa, Prof. C.R. Boxer explicava o sucesso dos portugueses perante formidáveis inimigos asiáticos, bem como face à concorrência comercial intensa da parte de muito mais ricas companhias holandesa e inglesa, citando o ditado português "quem teima consegue".¹² Já temos um Consulado Geral em Goa desde 1994. Muito antes disso a Fundação Calouste Gulbenkian já tinha preparado um bom ambiente de colaboração cultural, e posso dizer com orgulho que participei activamente neste processo. A Fundação Oriente tem conseguido nos últimos quinze anos adaptar bem a sua actuação aos interesses locais em Goa, evitando os protagonismos que os portugueses adoram e que os indianos levam a mal. Facilita, por exemplo, bolsas aos goeses influentes na vida local e que queiram visitar Portugal (e que provavelmente aproveitam a oportunidade para visitar outros países do espaço Schengen onde têm familiares). São concessões que ajudam a criar laços de amizade e uma abertura mental que permite outros tipos de intercâmbio cultural em Goa. A Fundação Oriente também subsidia uma dezena ou mais professores para manter os cursos de língua portuguesa nas escolas de ensino secundário que optaram pela língua portuguesa como língua de opção, mas não conseguem arranjar número suficiente de candidatos para serem elegíveis ao subsídio do governo. Existem também alguns centros culturais de iniciativa privada, tais como *Indo-Portuguese Friendship Society*, e o Instituto Indo-Português. A Fundação Oriente apoia os cursos de língua portuguesa nestes Institutos em Panjim e em Margão. Tenho conhecimento que o Instituto Camões apoia um leitor português na Universidade de Goa. Mas nesse nível do ensino superior a experiência não tem sido muito satisfatória, tanto por falta de alunos, como por razões de conflitos evitáveis de natureza pessoal do corpo docente.

Notas

¹ Teotónio R. de Souza, "Municipalismo colonial e municipalismo nativo em Goa: Conflitos e convergências de interesses", *História dos Municípios: Administração, Eleições e Finanças*, Actas do II Seminário Internacional

— *História do Município na Mundo Português*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 2001, pp. 27-39.

² Teotónio R. de Souza, "A língua portuguesa em Goa: as dificuldades da sua implantação", in *Língua e Cultura*, Lisboa, Sociedade da Língua Portuguesa, Actas do Congresso "A Lusofonia a haver", 2000, pp. 64-78.

³ Teotónio R. de Souza, "Lusofonia e Lusotopia no Oriente: O caso do folclore goês", *Revista de Humanidades e Tecnologias*, No. 1, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1999, pp. 109-116; "Some contrasting visions of Luso-Tropicalism in India", *Lusotopie 1997* ("Lusotropicalisme: Ideologies coloniales et identités nationales dans les mondes lusophones"), ed. D. Couto, A. Enders & Y. Leonard, Paris, Edições Kartala, 1997, pp. 377-387.

⁴ Teotónio R. de Souza, "As relações culturais luso-indianas em Goa", *Encontro sobre Portugal e a Índia*, Lisboa, Liv. Horizonte e Fundação Oriente, 1999, pp. 207-215.

⁵ Arquivo Histórico de Goa, Cod. Cartas, Ordens, Portarias, N.º 125, fls. 134v-135.

⁶ Teotónio R. de Souza, "Estado da Índia e a Província do Norte" in *Mare Liberum*, N.º 9, Julho, 1995, Lisboa, CNCDF, Lisboa (Actas do 7.º Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa, Goa, Jan. 1994, pp. 453-459).

⁷ Teotónio R. de Souza, "Christianization and cultural conflict in Goa: 16th - 19th centuries", *Congresso Internacional de História: Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas*, Braga, 1993, Actas, IV — Missionação: Problemática Geral e Sociedade Contemporânea, pp. 383-93.

⁸ Teotónio R. de Souza, "A globalização e as sociedades luso-asiáticas: 500 anos depois de Vasco da Gama", *A Globalização Societal Contemporânea e o Espaço Lusófono: Mitideologia, Realidades e Potencialidades*, org. Fernando Santos Neves Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000, pp. 215-224; Luis Salgado de Matos, "Os bispos portugueses: da Concordata ao 25 de Abril — alguns aspectos", *Análise Social*, Nos. 125/126, Lisboa, 1994, p. 365.

⁹ Orlando Ribeiro, *Goa em 1956 — Relatório ao Governo*, Lisboa, CNCDF, 1999, Apesar das suas sabidas capacidades como geógrafo português de grande calibre, o seu relatório se infirma de sérias deficiências de observação e análise da sociedade goesa. Mesmo assim, não deixa de reflectir correctamente o desafecto da maioria da população goesa pelos interesses coloniais portugueses.

¹⁰ José da Costa Nunes, *Cartas aos Sacerdotes da Arquidiocese de Goa*, Lisboa, 1947, p. 115.

¹¹ Teotónio R. de Souza, Gilberto Freyre na Índia e o "Luso-Tropicalismo Transnacional" *Cadernos*, Lisboa, CEPESA (Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático), 2001, pp. 1-18.

¹² Charles R. Boxer, *O Império Marítimo Português, 1415-1825*, Lisboa, Edições 70, p. 151.